



ANÁLISE DA TAXINOMIA DOS SISTEMAS DE BEM-ESTAR DOS PAÍSES DA OECD

*Eric Bacconi Gonçalves¹,
José Roberto Ferreira Savoia²
Fabiana Lopes da Silva³*

RESUMO

Partindo da tipologia de Esping-Andersen (EA, 1990), nosso artigo busca classificar os sistemas de 35 países membros da OCDE, por meio de indicadores sociais, econômicos e culturais, em uma combinação de análises fatorial e de cluster. Como principais contribuições: 1) Testamos a tipologia de EA produzindo os tipos Liberal, Conservador e Social-Democrata, porém houve observamos uma mudança significativa de posição entre os países em direção ao *cluster* Social-Democrata; 2) Nossos resultados destacaram dois novos tipos, um formado por países Pós-Comunistas, o que nos faz aceitar que seus sistemas de bem-estar ainda são instáveis e outro formado apenas pelos Estados Unidos, o que denota um afastamento gradual do grupo Liberal, devido ao aumento dos gastos sociais; 3) Identificamos que os países latinos evoluíram para um dos três tipos tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas de Bem-Estar, Taxinomia, Análise de *Cluster*, Análise Fatorial

AN ANALYSIS OF THE OECD COUNTRIES WELFARE TAXONOMY

ABSTRACT

Based on the Esping-Andersen typology (EA, 1990), our article seeks to classify the systems of 35 OECD member countries, through social, economic, and cultural indicators, in a combination of factorial and cluster analysis. As main contributions: 1) We evaluated the EA typology producing the Liberal, Conservative and Social-Democratic types. However, there was a significant change of position between the countries towards the Social-Democratic cluster. 2) Our results highlighted two new types, one formed by Post-Communist countries, which makes us accept that their welfare systems are still unstable, and another formed only by the United

¹Professor Doutor em Métodos Quantitativos no Departamento de Marketing. Estatístico de formação é mestre e doutor em Administração. Pesquisador na área de Métodos Quantitativos Aplicados, é coautor do livro *Experiências que Deixam Marcas Volume 2 – Jornada Dados e Métricas para um Customer Experience bem-sucedido*. E-mail: ebacconi@usp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4908-1246>

²Professor Titular da FEA-USP. É graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (1984), mestre em Administração pela Universidade de São Paulo (1991), doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (1996) e Pós-Doutor pela SIPA-Columbia University (2005). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Previdência, Infraestrutura e Mercado de Capitais. E-mail: jrsavoia@usp.br ORCID: Não possui.

³Professora do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade FIPECAFI, do Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da PUC-SP e do IBMEC-SP. Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Ciências Contábeis pela USP e em Ciências Atuariais pela PUC-SP. Foi diretora no Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM. E-mail: fabiana.silva@fipecafi.org Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8708-550X>

States, which denotes a gradual disappearance of the group. Liberal, due to increased social spending; 3) We identify that Latin countries have evolved into one of three traditional types.

KEYWORDS: Welfare Systems, Taxonomy, Cluster Analysis, Factor Analysis

INTRODUÇÃO

A natureza dos sistemas de bem-estar é de grande relevância para a definição de políticas públicas, para o planejamento da aposentadoria dos trabalhadores e para o amparo daqueles que não participaram dos mercados formais. Além disso, a provisão de renda aos grupos menos favorecidos e vulneráveis tem sido uma prática que evoluiu com as crises econômicas e o agravamento da desigualdade na população.

Assim, os países organizam seus sistemas decidindo, entre outros: i) o nível satisfatório de provisão de renda na aposentadoria para os trabalhadores; ii) o nível de cobertura aos que permanecem excluídos do sistema formal de emprego; iii) o atendimento aos grupos mais carentes e desprovidos de renda; e iv) o grau de relevância de um sistema de poupança privado para a aposentadoria, baseado em contribuições de trabalhadores e de empresas.

Desta forma, é esperado algum grau de heterogeneidade nas medidas adotadas pelos países e, de acordo com Almeida (2021), na busca da superação dos efeitos da crise vários países europeus adotaram medidas de austeridade para promover a consolidação social, sem uma avaliação aprofundada do impacto que essas medidas poderiam desencadear sobre a desigualdade e, ainda, sobre a capacidade de retroalimentar a atividade agregada. Assim, no bojo das decisões dos governantes, tais efeitos de “segunda ordem” deixaram de ser efetivamente considerados.

Nessa direção, um aumento na desigualdade foi evidenciado por Stiglitz (2013) e Cynamon e Fazzari (2016), os quais relatam a necessidade de transferências de recursos aos grupos vulneráveis e aumento de gastos com saúde, concomitantes à severa redução da renda e do emprego, com efeitos distintos entre os países e possíveis consequências de longo prazo.

Se, por um lado, a construção de propostas de reforma ocorre segundo diferentes arranjos, de forma a adequar as condições econômicas, sociais e o nível desejado dos gastos governamentais às necessidades dos trabalhadores (Holzmann, 2012), por outro lado, há defensores de um novo modelo nas sociedades. Stiglitz (2018, p.1) enfatiza que “projetar o estado de bem-estar social do século XXI é parte de um debate mais amplo que redefine o papel do mercado, do estado e da “sociedade civil” – as formas não-estatais de ação coletiva”.

Isto desencadeia um debate de posições ideológicas, além dos tradicionais confrontos econômicos. Os opositores utilizam argumentos como o *welfare state* desafiar o valor da responsabilidade do cidadão frente ao desafio coletivo de enfrentar as contingências da vida moderna, sendo acusado de “minar a autonomia e a responsabilidade individual, lesar os laços sociais tradicionais e enfraquecer as formas privadas de solidariedade e autoajuda” (Meuleman, van Oorschot, & Laenen, 2020, p.3-4).

Todas estas transformações, que ocorrem de forma particular em cada país, refletem mudanças de valores que, segundo Cravens e Oliver (2000), reforçam a

importância da cultura para o direcionamento das reformas em conjunto com os demais fatores políticos e econômicos.

Neste cenário, onde cada país estabelece uma forma própria de organização do seu sistema de bem-estar, se mostra primordial analisar a natureza e as similaridades entre as experiências dos países, o encaminhamento das soluções particulares, dos processos decisórios e sua transformação, tornando este tema objeto de interesse e pesquisa. (Carnes & Mares, 2007; De Dios, 2019).

Decorrem daí três questões de pesquisa inter-relacionadas e interconectadas:

- 1- Como os diferentes sistemas podem ser comparados?
- 2- Por quais características se diferenciam?
- 3- Há, ainda, um padrão comum em sua evolução e, nessa trajetória, eles se mantiveram aderentes ao modelo original de Esping-Andersen (1990)?

Para respondê-las, nos baseamos no princípio de que há eixos de desenvolvimento que refletem a superação da contradição entre as escolhas e as possibilidades de uma sociedade e permitem a criação de consensos, e que foram explorados de forma original no modelo de Esping-Andersen (1990) a partir da observação de características comuns dos modelos existentes, que se expressam em três tipos de sistemas de bem-estar: o Conservador, o Liberal e o Social-Democrático, cada um organizado de acordo com sua própria lógica discreta de organização, estratificação e integração social (Arts & Gelissen, 2002).

Em nossa pesquisa, foi avaliado um conjunto de trinta e cinco países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (em inglês, *Organisation for Economic Co-operation and Development*, ou OECD) a partir de dezessete variáveis de natureza qualitativa e quantitativa. Em um primeiro estudo, realizamos uma análise fatorial para definir os grupos de variáveis que melhor caracterizam os sistemas de bem-estar desses países da OECD. Na sequência, o segundo estudo desenvolveu uma análise de *cluster* para agrupar os países de acordo com a similaridade dos dados, o que resultou na formação de cinco grupos distintos.

O artigo compara os resultados do estudo ao modelo de Esping-Andersen (1990) com a base atual de todos os países membros da OECD, e reafirma a sua validade explicativa, a despeito do dinamismo que as sociedades enfrentaram ao longo de três décadas. O uso de variáveis relativas à proteção do emprego, desigualdade econômica e proteção social aos grupos produziu melhor caracterização dos grupos e aumentou o poder explanatório sobre a organização destes, melhorando a robustez dos resultados.

O artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a segunda seção aborda a evolução da taxinomia dos sistemas de bem-estar e as principais discussões sobre o tema, a importância dos diferentes pilares dos sistemas previdenciários e a influência da cultura sobre o desenho social da proteção aos indivíduos nas sociedades; a terceira seção descreve os aspectos metodológicos dos dois estudos, a amostra e a definição das variáveis empregadas nos métodos de pesquisa, a análise e discussão

dos resultados; na sequência, apresentamos as conclusões do artigo, suas limitações e sugestões de futuros trabalhos.

2. SISTEMAS DE BEM-ESTAR E OS MODELOS DE CLASSIFICAÇÃO

2.1 A Evolução da Taxinomia dos Sistemas de Bem-Estar

A origem dos benefícios de seguro social se dá entre 1883 e 1891, com a edição de leis de proteção social na Alemanha e na Dinamarca (Lindert, 2004). A experiência alemã se inicia com a criação de planos de seguro social que compartilhavam riscos de doença (1883) e acidentes (1884). Posteriormente, em 1889, foi criado um modelo de aposentadoria por idade, gerido pelo Estado, a partir de contribuições de patrões e empregados. Na Dinamarca, de acordo com Kuhnle (1978, p. 27): “a lei sobre as pensões de abril de 1891 ... era um regime de benefícios não contributivos destinado a sustentar idosos sem recursos, mas que ao mesmo tempo não tinham recebido auxílio à pobreza nos últimos dez anos”. O benefício era concedido a partir dos 65 anos de idade.

Houve rápida expansão de ambos os modelos para outros países em um processo de difusão no qual, após duas décadas, as leis de seguro social estariam aprovadas na maioria dos países da Europa Ocidental e, antes da Primeira Guerra Mundial, seriam adotadas em Austrália, Canadá, e Japão. Tais iniciativas foram precursoras da transformação nas condições de vida dos cidadãos, alterando de forma permanente a sociedade à época, reconhecendo direitos à classe trabalhadora.

Após a Segunda Guerra Mundial, novos arranjos e articulações foram engendrados para o estabelecimento do que hoje é referenciado como *welfare state* nos países desenvolvidos. A partir de uma abordagem que incorporava os estágios anteriores, as influências de modelos como o Plano Beveridge (O’Connor, 2013); o conceito de “cidadania social” desenvolvido por Marshall (1950); e as influências práticas e teóricas de Titmuss (1950, 2019); as iniciativas resultaram na criação de bem mais do que um conjunto de direitos e garantias, moldando as sociedades na concepções de uma rede de proteção a seus membros.

No seu desenho se refletiam complexas características jurídicas e organizacionais que formavam constructos sistematicamente entrelaçados (Esping-Andersen, 1996), de forma a garantir aos cidadãos as condições de seguridade, saúde, educação, cuidados pessoais e bem-estar. O seu alcance ultrapassava o montante financeiro dos gastos sociais realizados, por serem mais abrangentes, incorporando os diferentes papéis exercidos pelo estado, mercado e pela família na provisão de bem-estar (Esping-Andersen, 1990).

Embora as influências dessas ações históricas estejam refletidas nos estados de bem-estar contemporâneos, cabe salientar que ao longo do tempo cada país desenvolveu seu próprio arranjo, em diferentes combinações políticas, sociais e culturais, por meio de processos intensos de debates políticos e econômicos, além de disputas de classes. Assim, o *welfare state* pode ser visto como o reflexo das escolhas políticas dos diferentes países em resposta aos problemas de conciliar a “produção e a distribuição”, e se traduzem pelo escopo, qualidade e alcance dos direitos sociais dos indivíduos (Roosma, Gelissen, & van Oorschot, 2013; O’Connor, 2013; Stiglitz, 2018).

Esping-Andersen em sua monumental obra "The Three World of Welfare Capitalism" (1990) produziu uma tipologia baseada em três fatores que busca caracterizar os diferentes estados de bem-estar. São eles: i) a Desmercadorização, que vem a ser o grau em que os indivíduos ou famílias são capazes de alcançar um padrão de vida socialmente aceitável, independentemente de sua participação no mercado; ii) a Estratificação, que descreve a maneira como os países moldam a cidadania por meio da estruturação de direitos dos diversos grupos e, ainda; iii) o Emprego Pós-Industrial, ou seja, a maneira que os países estruturam seus mercados em resposta às mudanças na natureza do emprego.

A partir das variações nesses fatores, o autor distinguiu três diferentes tipos de regime, que se organizam em arranjos qualitativos próprios. No primeiro deles, o Social-Democrata, as características preponderantes são o universalismo e a solidariedade, cabendo ao Estado a garantia do bem-estar de seus cidadãos por meio de um contrato social intergeracional.

No regime Conservador-Corporativo, a elegibilidade para benefícios é baseada principalmente na participação no mercado de trabalho e nas contribuições pagas normalmente ao Estado. A cobertura da previdência social realiza a provisão de renda neste regime, onde coexistem diferentes grupos de trabalhadores que podem ter acesso a regras de benefícios e a direitos diferentes.

Já, no regime Liberal, que maximiza a liberdade individual e limita a intervenção do Estado, tem a sua cobertura baseada principalmente em recursos aportados a um plano de previdência, gerido pelo mercado, sendo o mercado o principal agente a garantir o bem-estar das pessoas, ocorrendo a separação entre os que são amparados pelo mercado, e os excluídos, o que gera desigualdades sociais e diferenças entre os grupos de trabalhadores.

Segundo Arts e Gelissen (2010) esses tipos ideais devem suas origens a diferentes forças históricas e seguem trajetórias de desenvolvimento qualitativamente diferentes. Mas, ao contrário do mundo ideal dos estados de bem-estar, o mundo real exhibe formas híbridas. Não existem nações unidimensionais no sentido de um caso puro. Cada país apresenta um mix de sistemas e conceitualmente, se comparam Estados radicalmente diferentes (Esping-Andersen, 1991). Ainda, outra característica fundamental do modelo é prover uma tipologia abstrata, de maneira que os desvios do tipo ideal podem ser analisados e explicados (Arts & Gelissen, 2010).

A validação empírica deste modelo foi realizada por Saint-Arnaud e Bernard (2003), a partir de uma amostra de países da Europa Ocidental. No entanto, a grande repercussão e transformação nos estudos de classificação dos sistemas de bem-estar produzida pelo modelo não impediu que visões antagônicas se formassem. Também surgiu uma variedade de tipologias concorrentes, oferecendo refinamentos e acréscimos ao modelo original.

No mesmo ano, Rhodes e Natali (2003) realizaram uma síntese de trabalhos que apoiavam, ou refutavam a taxinomia original de Esping-Andersen (1990) e, ao longo de três décadas, diversos pesquisadores se debruçaram sobre o assunto, em resenhas (Arcanjo, 2006; Powell, Yörük, & Bargu, 2020); ou reafirmando sua importância (Danforth,

2014); para criar outras tipologias (Deacon, 1993, 2000; Fenger, 2007; Ebbinghaus, 2012), ou apontando limitações, como na visão de Marcinkiewicz e Chybalski (2019), ao afirmarem sob a perspectiva empírica que a distinção clássica de Esping-Andersen (1990) não se aplicaria inteiramente para os atuais sistemas previdenciários decorridas três décadas.

A interpretação mais ampla de Esping-Andersen (1996) sobre as críticas de alguns países não se adequarem à tipologia originalmente proposta reside na alegação da instabilidade de seus sistemas e que, no decorrer de sua evolução, poderiam adquirir maior estabilidade e, conseqüentemente, realizar a convergência a um dos três tipos propostos. Na essência do modelo, qualquer estado de bem-estar híbrido que não se enquadre em um dos tipos sugeridos é instável, enquanto apenas os três regimes de estado de bem-estar descritos (Liberal, Social-Democrata e Conservador) são verdadeiramente estáveis (Esping-Andersen, 1996). A ocorrência de situações econômicas ou políticas transitórias transformariam os arranjos de maneira a acomodar tensões emergentes e, no conjunto das transformações sociais os aspectos preponderantes reapareceriam, ou aumentariam sua força, levando ao equilíbrio.

Ocorre que em três décadas, transformações mais abrangentes dos valores da sociedade em direção à sustentabilidade, à busca de igualdade de gênero e à ressignificação de grupos sociais minoritários, anteriormente apartados do poder de decisão, exerceram pressões aos modelos anteriormente prevaescentes. O advento de crises econômicas levaram à necessidade de maior apoio dos governos e das organizações para amparar os cidadãos, uma vez que as crises geraram efeitos mais adversos sobre os excluídos (Stiglitz, 2020) e os expuseram para a sociedade. Em reação, foram moldadas novas formas de atuação política e social pela incorporação de valores de prosperidade compartilhada, solidariedade e justiça neste “novo normal”. Além disso, a ameaça de novas forças, como o aumento do poder de partidos e governos extremistas nacionalistas e de direita, passou a aglutinar distintos componentes ao processo de formulação do arranjo social.

2.2 A Importância dos Sistemas Previdenciários

Os sistemas de previdência são a principal fonte de renda dos aposentados nos países da OECD e, juntamente com as políticas de assistência e saúde, alicerçam a rede de proteção aos seus membros. Desta forma, conforme Kuitto, Kuivalainen e Möhring (2021, pp. 403) “as decisões governamentais sobre o desenho dos sistemas de pensão impactam diretamente o padrão de vida dos idosos atuais e futuros”.

O Banco Mundial classifica os sistemas previdenciários em quatro pilares chaves, numerados de zero a três. Os pilares não são excludentes e, em geral, os países normalmente adotam mais de um deles em sua configuração (Holzmann, 2012). Sørensen et al. (2016) postulam que há variações da importância e do papel de cada pilar entre os países, e ainda de acordo com a idade, renda, gênero e as condições econômico e sociais – inclusive entre as gerações. Os autores enfatizam, ainda, a sua importância para a mitigação de riscos entre os participantes. De forma resumida, os pilares são:

- **Pilar Zero:** se refere às transferências de renda para a redução da pobreza. O auxílio é repassado aos extremamente pobres, em geral idosos que não podem

mais trabalhar para garantir a sobrevivência, além de pessoas portadoras de necessidades especiais.

- **Pilar Um:** representa a previdência controlada e gerida pelo Estado. Neste pilar, mudanças são constantes devido a vários fatores de risco (Turner, 2006; Gelter, 2013) como: longevidade da população, redução da natalidade, crises econômicas e a incapacidade de se fazer previsões atuariais com acurácia. Uma das principais mudanças que os países adotaram com o tempo foi a migração de planos com benefício definido (DB) para planos com contribuição definida (DC).
- **Pilar Dois:** foi uma inovação proposta inicialmente pelo Chile (Schmukler, Radatz, & Opazo, 2014) e se desenvolveu para os países da América Latina e Leste Europeu. Ele envolve uma contribuição obrigatória para um sistema de previdência privado. O governo funciona como um regulador, e o sistema bancário operacionaliza as transações. Segundo levantamento de Holzmann (2012), o Chile implantou este sistema em 1981 e até 2008 outros 29 países instituíram o segundo pilar. Entretanto, a crise de 2008 freou a expansão deste modelo.

Pilar Três: refere-se à previdência complementar não obrigatória. Grande número de países incentiva a população a aderir a este pilar por meio de incentivos tributários e outros benefícios públicos aos trabalhadores ou a seus empregadores.

2.3 A Influência dos Fatores Culturais

Wilensky (1975), a partir de uma análise empírica ampla, com sessenta e quatro países, destacou a importância das diferenças nacionais em valores e crenças (ibid., p. 29) para o desenvolvimento dos Estados de bem-estar. Posteriormente, Hofstede (2001) definiria a cultura de um grupo como a programação mental coletiva que leva a formas padronizadas de pensar, sentir, agir e que distingue este grupo de outro. Desta forma, em essência, a cultura é um conjunto de sistemas de valores duradouros, crenças e atitudes em relação ao que é pessoalmente ou socialmente aceito como código de conduta. Em uma outra abordagem, Hall e Soskice (2001) definem cultura como sendo simplesmente um conjunto compartilhado de percepções e estratégias de ação comuns.

Na visão de Witt e Redding (2009), o processo social se constrói a partir da interação do indivíduo com o ambiente onde está inserido, e este processo se dá em três fases: i) a Externalização, quando o indivíduo experimenta o mundo externo e interage com ele; ii) a Objetivação, que ocorre quando o indivíduo compreende a interação; e pela iii) Internalização, no momento em que há a construção da realidade na consciência dos indivíduos.

Para a comparação dos efeitos das culturas entre os países, o modelo mais largamente utilizado de acordo com Aggarwal e Goodell (2013) e Hempel (1998) é aquele proposto por Hofstede (2001), no qual a cultura é avaliada por cinco dimensões:

- **Individualismo** cujo oposto é **Coletivismo**: diz respeito ao grau de integração entre os indivíduos em uma sociedade. No lado individualista, prevalece o interesse pessoal, onde cada um cuida de si e de sua família. No lado coletivista, as

pessoas são integradas em grupos coesos que se protegem para toda a vida em troca de lealdade inquestionável (Hofstede, 2001).

- Masculinidade em contrapartida com Feminilidade: trata da distribuição de papéis entre os gêneros.
- Aversão à incerteza: trata da tolerância de uma sociedade à incerteza e ambiguidade. Indica até que ponto uma cultura programa seus membros para se sentirem desconfortáveis ou confortáveis em situações não estruturadas. (Hofstede, 2001).
- Distância do Poder: revela a hierarquia presente na sociedade. É a medida em que os membros menos influentes de organizações e instituições (como a família) aceitam e esperam que o poder seja distribuído de forma desigual. Isso sugere que o nível de desigualdade de uma sociedade é endossado tanto pelos seguidores quanto pelos líderes. O poder e a desigualdade são pontos fundamentais de qualquer sociedade e qualquer pessoa com alguma experiência internacional estará ciente de que “todas as sociedades são desiguais, mas algumas são mais desiguais do que outras” (Hofstede, 2001).
- Visão de Longo Prazo versus Curto Prazo: observa se a sociedade baseia as suas tradições sobre os acontecimentos do passado ou do presente ou se voltam para o longo prazo e priorizam uma visão direcionada ao futuro (Hofstede, 2001).

Em um cenário de diversidade cultural, vários estudos (Hempel, 1998; Perotti & Schwienbacher, 2008; Aggarwal & Goodell, 2009; Witt & Redding, 2009; Zheng et al., 2012) apontam que as instituições se estruturam de acordo com essas diferenças e se refletem em escolhas pertinentes às políticas previdenciárias.

Os sistemas de previdência refletem a propensão de uma sociedade em cuidar de seus membros no futuro (Cravens & Oliver, 2000). De acordo com Hempel (1998) a dimensão cultural mais relevante no modelo de Hofstede (2001) é a distância do poder e ela avalia o nível de igualdade entre os membros da sociedade. Países que exibem um elevado nível de distância de poder apresentam grande quantidade de desigualdade social e de liderança autocrática. Por outro lado, os países com menor distância de poder são mais propensos a remover as desigualdades de poder ou riqueza entre seus membros. O autor conclui que a cultura, em termos da dimensão distância do poder, explica a diferença de cobertura previdenciária. As sociedades com baixa distância do poder são mais propensas a tentar reduzir as diferenças de renda entre os seus membros com benefícios de pensão. Em outro estudo posterior, Aggarwal e Goodell (2013) testam a hipótese de que como a cultura afeta o sistema de previdência dos países, abordando em separado cada um dos cinco aspectos do modelo.

Aggarwall e Goodell (2013) observaram que as diferenças internacionais na progressividade dos benefícios de aposentadoria e pensão, ou como refletem os ganhos ao longo da vida, estão negativamente relacionadas à masculinidade, prevenção da incerteza, individualismo, orientação de longo prazo, direitos trabalhistas, níveis médios de pensão, confiança social e desigualdade econômica. Além disso, concluíram que a progressividade da pensão está positivamente relacionada com a economia e papel social das mulheres, a extensão do catolicismo; bem como voz política e *accountability*.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir é feito o detalhamento do desenvolvimento dos métodos empregados no estudo e as análises estatísticas a partir do *software SPSS for Windows v.21*.

3.1 Dados

Foram utilizadas informações que estivessem presentes em todos os 35 países que compõem o relatório como membros. Por esta razão, também alguns países de interesse que não fazem parte da OECD, mas constam em algumas tabelas do relatório, não foram considerados para este estudo. Desta forma, utilizamos dezessete variáveis no estudo.

3.2 Variáveis Independentes

As variáveis independentes foram obtidas por meio dos bancos de dados da OECD para o período de 2017 (OECD, 2017). Nesse sentido, nosso trabalho amplia o escopo de estudo de Marcinkiewicz e Chybalski (2019), em virtude da maior quantidade de variáveis selecionadas e da abrangência do número de países, pois utilizamos trinta e cinco países. A Tabela 1, a seguir, mostra as estatísticas descritivas das 17 variáveis utilizadas.

Tabela 1 – Estatística Descritiva das Variáveis					
Variável	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio padrão
Percentual da população acima de sessenta e cinco anos	11,4	46,2	28,80	27,86	6,96
Percentual de pessoas acima de sessenta e cinco anos com rendimentos abaixo da linha de pobreza	3,2	45,7	9,30	12,55	9,33
Homem: idade efetiva de aposentadoria	60,0	72,0	64,60	65,09	3,36
Homem: idade oficial de aposentadoria	59,3	67,0	65,00	64,29	2,07
Mulher: idade efetiva de aposentadoria	59,5	72,2	63,20	63,56	2,99
Mulher: idade oficial de aposentadoria	58,0	67,0	65,00	63,43	2,43
Taxa de substituição bruta (percentual do valor da pensão em relação à renda individual, antes dos impostos)	22,1	96,9	47,50	52,87	18,84
Taxa de substituição líquida (percentual do valor da pensão em relação à renda individual, após dos impostos)	29,0	102,1	57,40	62,92	21,20
Renda da população acima de sessenta e cinco anos como um percentual da renda dos ativos	66,5	103,4	88,50	87,55	9,07
Gastos públicos com idosos (percentual do PIB)	2,03	17,38	7,70	8,20	3,88
Gastos públicos com idosos (percentual do PIB) projeção para 2050	3,0	15,6	9,50	9,34	3,61
Fertilidade 2010-2015	1,24	2,92	1,66	1,70	0,32
Expectativa de vida aos sessenta e cinco anos (M)	18,6	24,5	21,50	21,29	1,31
Expectativa de vida aos sessenta e cinco anos (H)	13,8	19,9	18,50	18,18	1,63

Ganho médio dos trabalhadores (em dólares)	13.165,6	69268,3	44019,90	42.681,84	15.008,66
Ativos de fundos de pensão (percentual do PIB)	0,70	209,0	16,4	49,99	60,16
Ativos de fundos de pensão (em MM dólares)	1.254,12	25.126.592,00	134.867,43	1.089.718,84	4.230.258,62

Fonte: Dados coletados processados

3.3 Análise Fatorial

A Análise Fatorial é uma técnica multivariada utilizada para reduzir o número de variáveis transformando-as em um número menor de fatores que podem ser mais facilmente interpretados com pouca perda de variabilidade (Hair et al., 2010). A técnica gera vários fatores e cabe ao pesquisador definir quantos deles farão parte da solução final. Assim, selecionamos os fatores que mais explicam a variância total dos dados. Em estudos acadêmicos em geral se faz o corte onde o *eigenvalue* (indicador de variância explicada pelo fator) é maior do que 1 (Hair et al., 2010).

Para avaliar se os resultados da análise fatorial são adequados, inicialmente procede-se os testes Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Bartlett apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Teste de KMO e Bartlett		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,539
Teste de esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aprox.	506,304
	Df	136
	Sig.	,000

Fonte: Dados coletados processados

O teste (KMO) é uma estatística que indica a proporção da variância dos dados que pode ser considerada comum a todas as variáveis, ou seja, que pode ser atribuída a um fator comum, então: quanto mais próximo de 1 melhor o resultado, ou seja, mais adequada é a amostra à aplicação da análise fatorial, não se recomenda fazer o teste para valores inferiores a 0,5. Conforme a Tabela 2, o valor ficou ligeiramente acima de 0,5, o que denota a pertinência da utilização da técnica.

O teste de esfericidade de Bartlett testa a hipótese da correlação as variáveis ser igual a zero, neste caso a aplicação da análise fatorial não é adequada, conforme mostra a Tabela 3, o valor significância do teste é 0,000, ou seja, menor que 0,05, o que significa que se rejeita a hipótese nula e a aplicação da técnica é pertinente. Na sequência a análise dos fatores mostrou que a seleção de seis fatores explica 84,051% da variância total e, para a seleção dos fatores, utilizou-se o critério de *eigenvalue* maior do que 1.

Tabela 3: Variância Total Explicada pelos fatores									
Componente	Eigenvalues iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas rotativas de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	4.926	28.975	28.975	4.926	28.975	28.975	4.079	23.996	23.996
2	3.647	21.455	50.430	3.647	21.455	50.430	2.722	16.014	40.010
3	1.891	11.125	61.555	1.891	11.125	61.555	2.286	13.448	53.458
4	1.525	8.969	70.523	1.525	8.969	70.523	2.190	12.883	66.341
5	1.255	7.381	77.905	1.255	7.381	77.905	1.602	9.426	75.767

6	1.045	6.146	84.051	1.045	6.146	84.051	1.408	8.284	84.051
7	.925	5.442	89.494						
8	.540	3.178	92.672						
9	.389	2.290	94.961						
10	.253	1.489	96.450						
11	.234	1.377	97.827						
12	.141	.827	98.654						
13	.078	.456	99.110						
14	.064	.376	99.486						
15	.042	.247	99.733						
16	.031	.184	99.917						
17	.014	.083	100.000						

Fonte: Dados coletados processados

Na Tabela 4, as marcações efetuadas indicam quais variáveis estão mais relacionadas com qual fator, com isso, é possível identificar e nomear os fatores que diferenciam os países. Desta forma, as dezessete variáveis podem ser resumidas em seis fatores que são:

Fator 1: Gastos Públicos/Idade de aposentadoria

Fator 2: Expectativa de vida

Fator 3: Taxa de reposição

Fator 4: Idade Oficial de Aposentadoria.

Fator 5: Renda da população acima de 65 anos.

Fator 6: Ativos dos fundos de pensão

Tabela 4: Matriz de componentes rotacionada						
	Componente					
	1	2	3	4	5	6
Gastos públicos com idosos (%PIB)	-.826	.121	.137	-.171	.249	-.217
Gastos públicos com idosos (%PIB) projeção para 2050	-.823	.244	.112	-.115	.268	-.231
Homem idade efetiva aposentadoria	.819	.226	-.296	.149	-.010	-.197
Mulher idade efetiva aposentadoria	.807	.357	-.228	-.005	-.155	-.166
Percentual da população acima de 65 anos	-.687	.406	.011	.285	-.228	-.140
Fertilidade 2010-15	.612	-.024	.106	.166	.389	.217
Percentual de pessoas acima de 65 com rendimento abaixo da linha de pobreza	.546	.119	-.417	-.392	-.390	-.051
Expectativa de vida aos 65 (M)	-.043	.940	-.119	.099	.121	-.060
Expectativa de vida aos 65 (H)	.127	.839	-.009	.323	.282	.125
Ganho médio dos trabalhadores (em dólares)	-.120	.696	.240	.215	-.172	.399
Taxa de substituição bruta (% do valor da pensão em relação à renda individual, antes dos impostos)	-.148	.074	.947	.017	.061	-.072
Taxa de substituição líquida (% do valor da pensão em relação à renda individual, após impostos)	-.198	-.073	.906	-.144	.099	-.095
Homem idade oficial aposentadoria	.148	.156	-.063	.884	.139	.040

Mulher idade oficial aposentadoria	.021	.282	-.075	.856	-.119	.101
Renda da população acima de 65 anos como um percentual da renda dos ativos	-.188	.212	.134	-.010	.904	-.010
Ativos de fundos de pensão (em dólares)	.056	.065	-.239	.016	.105	.789
Ativos de fundos de pensão (% do PIB)	.315	.236	.236	.408	-.300	.588

Fonte: Dados coletados processados

3.4 Análise de Cluster

A Análise de *Cluster* é uma técnica estatística destinada a combinar observações em grupos (*clusters*) de tal forma que: i) cada grupo seja homogêneo em relação a certas características, isto é, as observações são similares dentro de cada grupo; ii) os grupos sejam heterogêneos entre si com respeito a estas características (Sharma, 1996).

Devido ao tamanho pequeno da base, formada por 35 países e 17 variáveis, optamos por utilizar a metodologia hierárquica para definição dos *clusters*. Foi selecionada a distância euclidiana quadrática como medida de similaridade e o Método Ward como técnica de aglomeração. A padronização das variáveis, para evitar o efeito de diferentes escalas nas variáveis foi feita pelo método Z-score. A Tabela 5 mostra o planejamento de aglomeração.

Inicialmente, devido à quantidade de países a serem agrupados, decidiu-se por avaliar as soluções partindo da proposta originalmente formulada por Esping-Andersen (1990) de três *clusters*, evoluindo até sete *clusters*, pois acima desse valor os grupos ficariam muito pequenos. A escolha de cinco grupos se deu em virtude da análise dos coeficientes de Ward, no passo 31 (cinco *clusters*) o coeficiente é 106,863 e no passo 32 (quatro *clusters*) o coeficiente é 126,289. Consideramos que esse salto é relativamente grande e não compensaria ir para o passo seguinte, ou seja, este salto gera muita perda de informação. Portanto, decidimos não passar para a solução com quatro grupos, ficando a solução final com cinco *clusters*, agrupados da seguinte maneira:

Tabela 5: Planejamento de aglomeração

Estágio	Cluster combinado		Coeficientes	O cluster de estágio é exibido primeiro		Próximo estágio	Número de Clusters
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2		
1	2	5	,170	0	0	6	34
2	32	35	,454	0	0	11	33
3	4	11	,770	0	0	20	32
4	9	15	1,103	0	0	15	31
5	8	13	1,559	0	0	10	30
6	2	6	2,039	1	0	18	29
7	3	16	2,540	0	0	16	28
8	1	17	3,228	0	0	21	27
9	25	28	4,002	0	0	23	26
10	8	12	4,801	5	0	25	25
11	30	32	5,780	0	2	19	24
12	31	33	6,784	0	0	24	23
13	21	23	7,928	0	0	22	22
14	19	20	9,213	0	0	17	21
15	9	14	10,536	4	0	26	20
16	3	18	11,891	7	0	18	19
17	19	22	13,356	14	0	22	18
18	2	3	15,682	6	16	21	17

19	30	34	18,542	11	0	24	16
20	4	7	21,659	3	0	30	15
21	1	2	25,881	8	18	25	14
22	19	21	30,196	17	13	31	13
23	25	26	34,589	9	0	27	12
24	30	31	39,907	19	12	33	11
25	1	8	46,144	21	10	28	10
26	9	10	52,465	15	0	28	9
27	25	29	61,078	23	0	29	8
28	1	9	71,182	25	26	30	7
29	25	27	88,152	27	0	34	6
30	1	4	106,863	28	20	32	5
31	19	24	126,289	22	0	32	4
32	1	19	150,912	30	31	33	3
33	1	30	176,357	32	24	34	2
34	1	25	204,000	33	29	0	1

Fonte: Dados coletados processados

A Tabela 6 mostra a média de cada grupo às variáveis que compõem cada um dos seis fatores determinados pela análise fatorial.

Tabela 6 – Média dos fatores em cada grupo

		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
Quantidade de países		18	5	5	6	1
Fator 1	Gastos públicos com idosos (%PIB)	7,98	12,98	4,19	8,39	7,02
	Gastos públicos com idosos (%PIB) projeção para 2050	9,67	13,98	5,06	8,62	5,90
	Homem idade efetiva aposentadoria	65,40	61,50	70,06	62,72	66,80
	Mulher idade efetiva aposentadoria	63,82	60,60	68,04	61,22	65,40
	Percentual da população acima de 65 anos	30,87	29,52	16,46	27,50	24,60
	Fertilidade 2010-15	1,70	1,60	2,03	1,49	1,89
	Percentual de pessoas acima de 65 com rendimento abaixo da linha de pobreza	9,87	7,52	25,54	12,53	20,90
Fator 2	Expectativa de vida aos 65 (M)	21,89	21,88	20,92	19,38	21,00
	Expectativa de vida aos 65 (H)	19,08	18,66	17,92	15,23	18,50
	Ganho médio dos trabalhadores (em mil dólares)	50.910	46.225	29.561	24.332	52.542
Fator 3	Taxa de substituição líquida (% do valor da pensão em relação à renda individual, após impostos)	61,51	73,02	58,40	64,82	49,10
	Taxa de substituição bruta (% do valor da pensão em relação à renda individual, antes dos impostos)	53,90	61,48	47,38	49,60	38,30
Fator 4	Homem idade oficial aposentadoria	65,46	61,58	63,60	63,30	66,00
	Mulher idade oficial aposentadoria	65,24	60,52	61,20	61,85	66,00

Fator 5	Renda da população acima de 65 anos como um percentual da renda da população ativa	86,88	97,00	88,04	80,13	94,50
Fator 6	Ativos de fundos de pensão (em milhões dólares)	653.836	51.608	181.625	13.058	25.126.592
	Ativos de fundos de pensão (% do PIB)	75,14	5,28	34,74	10,38	134,90

Fonte: Dados coletados processados

- 1- O primeiro *cluster* foi formado por dezoito países, a saber: Holanda, Islândia, Dinamarca, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Suécia, Austrália, Canadá, Japão, Suíça, Irlanda, Nova Zelândia, Noruega e Reino Unido. Observou-se que tais países possuem como característica a expectativa de vida mais alta, a idade oficial de aposentadoria é mais elevada e o percentual de volume de fundos de pensão em relação ao PIB é mais alto;
- 2- O segundo *cluster* contém cinco países: Áustria, França, Luxemburgo, Eslovênia e Grécia. Como característica, tais países apresentam altas taxas de substituição e gastos altos (relativamente ao PIB) com idosos;
- 3- O terceiro *cluster* contém cinco países: Chile, México, Israel, Coréia do Sul e Turquia. Observa-se o predomínio de países emergentes, sendo a idade efetiva de aposentadoria elevada em relação à média da OECD, bem como o percentual de população acima 65 anos abaixo da linha da pobreza é alto em relação aos demais grupos;
- 4- O quarto *cluster* com República Checa, Eslováquia, Estônia, Polônia, Hungria e Letônia, caracteriza-se por uma expectativa de vida inferior aos demais, uma renda da população acima de 65 anos mais baixa e um volume de ativos de fundos de pensão inferior aos demais.
- 5- O quinto *cluster* foi representado apenas por um país, os Estados Unidos, que apresenta ativos de pensão muito superiores aos demais, baixa taxa de reposição nas aposentadorias e gastos sociais mais elevados do que os países liberais.

Observa-se que, em relação ao modelo original de EA, houve uma migração maciça de países para o *cluster* Social-Democratas. Foram cinco países provenientes do *cluster* Conservadores (Finlândia Alemanha, Itália, Japão e Suíça) e outros cinco do *cluster* Liberais (Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Irlanda). Apenas a Áustria, que anteriormente era do *cluster* Social-Democrata, migrou para os Conservadores. Isto denota uma importante transição em direção a políticas fomentadoras de gastos sociais e maior apoio às populações.

No caso dos Estados Unidos, a transição do *cluster* Liberais para uma posição independente também foi marcada por aumento dos gastos sociais. Embora preliminarmente os dados reflitam o último ano disponível na base (2017), é possível supor uma nova postura dos países membros da OCDE para o alargamento de sua proteção social, um fenômeno de grande repercussão.

Os países pós-comunistas não apareciam na avaliação original de EA. A sua introdução se caracterizou por um grupo próprio, bastante homogêneo, formado por cinco países, conforme pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 – Comparativo					
Esping-Anderson (1990)	Social-Democratas	Conservadores	Liberais		
	Áustria	Finlândia	Austrália		
	Bélgica	Alemanha	Canada		
	Dinamarca	Itália	Irlanda		
	Holanda	Japão	Nova Zelândia		
	Noruega	Suíça	Reino Unido		
	Suécia	França	Estados Unidos		
Classificação Proposta	Social-Democratas	Conservadores	Liberais	Pós Comunistas	
	Holanda	Áustria	Chile	República Tcheca	Estados Unidos
	Islândia	França	México	Eslováquia	
	Dinamarca	Grécia	Israel	Estônia	
	Bélgica	Luxemburgo	Coréia do Sul	Polônia	
	Portugal	Eslovênia	Turquia	Hungria	
	Espanha			Letônia	
	Suécia				
	Noruega				
	Finlândia				
	Alemanha				
	Itália				
	Japão				
	Suíça				
	Austrália				
	Canada				
Nova Zelândia					
Reino Unido					
Irlanda					

Fonte: Autores

3.5 Análise de Características de Proteção ao Emprego, Desigualdade e Proteção Social

Após a análise de *cluster*, foram verificadas as diferenças internacionais relacionadas aos aspectos de proteção ao emprego, desigualdade econômica e proteção social relacionadas aos grupos formados na etapa anterior.

Especificamente, foram coletadas as variáveis: força de trabalho, rigidez da proteção do emprego, gastos sociais agregados e Índice de Gini. Os dados foram coletados no site da OECD para o ano de 2017 (OECD.Stat, acesso agosto/2019). Dentre o

conjunto de variáveis disponíveis no site da OECD, as quatro variáveis selecionadas melhor representariam as análises a serem consideradas na segunda etapa do estudo, uma vez que buscariam identificar aspectos de proteção social e emprego.

É importante ressaltar que estudos recentes (Hoffmann, Lee, & Lemieux, 2020) demonstram que na Itália, Reino Unido e Alemanha a desigualdade tem aumentado. A Itália é um caso interessante porque se parecia muito com a França até cerca de 2008/2009, quando a crise da dívida do Euro começou e a Itália foi severamente afetada. Depois disso, a desigualdade não aumentou na França, mas se intensificou na Itália. De forma semelhante, os Estados Unidos passaram a adotar práticas de transferências assistenciais em maior volume após a crise de 2008.

Em complemento a análise realizada de *cluster*, buscou-se verificar as características dos países pelas seguintes variáveis: força de trabalho, rigidez da proteção do emprego, gastos sociais agregados e Índice de Gini. Essa análise busca identificar as diferenças internacionais relacionadas à proteção ao emprego, desigualdade econômica e proteção social, em relação aos aspectos culturais de Hofstede (2001). Cabe destacar que não foi realizada nova etapa de clusterização, mas apenas foram levantadas características adicionais dos países que compõem os grupos originais do estudo inicial, para identificar aspectos de emprego e proteção social nos grupos analisados.

Tabela 8 - Indicadores adicionais por país e grupo

Código	País	Força de Trabalho Total (milhares de pessoas)	Rigidez da proteção do emprego - demissões coletivas (restrições adicionais)	Gastos Sociais Agregados (Percentual do PIB)	Índice de Gini	Grupo
1	Alemanha	43.284,8	3,63	25,2	0,289	1
2	Austrália	12.977,6	2,88	22,5	..	1
3	Áustria	4.508,3	3,25	24,3	0,275	2
4	Bélgica	4.991,5	4,88	26,6	..	1
5	Canadá	19.662,9	3,13	23,1	0,31	1
6	Chile	9.241,0	0,00	14,0	0,46	3
7	Coréia do Sul	27.747,7	1,88	12,6	0,354	3
8	Dinamarca	2.961,3	2,88	25,2	0,264	1
9	Eslováquia	2.754,7	3,38	17,1	0,22	4
10	Eslovênia	1.026,5	3,63	19,6	0,243	2
11	Espanha	22.741,7	3,00	22,5	0,333	1
12	Estados Unidos	160.319,8	2,12	29,6	0,39	5
13	Estônia	698,8	2,88	14,5	0,309	4
14	Finlândia	2.707,1	1,63	27,1	0,266	1
15	França	29.618,7	3,13	31,2	0,292	2
16	Grécia	4.779,8	2,88	21,1	0,319	2
17	Holanda	9.042,4	3,19	24,7	..	1
18	Hungria	4.613,1	3,63	17,4	0,289	4
19	Irlanda	2.352,0	3,50	14,7	0,295	1
20	Islândia	199,3	2,88	19,0	0,25	1
21	Israel	3.993,1	1,88	17,3	0,344	3
22	Itália	25.929,9	3,00	24,7	0,334	1
23	Japão	67.201,7	3,25	23,8	..	1

24	Letônia	980,3	3,75	13,7	0,355	4
25	Luxemburgo	287,8	3,88	17,4	0,327	2
26	México	54.204,3	4,38	7,6	..	3
27	Noruega	2.758,7	2,50	22,6	0,262	1
28	Nova Zelândia	2.715,1	0,00	16,9	..	1
29	Polônia	17.266,6	2,88	17,2	0,275	4
30	Portugal	5.219,4	1,88	22,3	0,32	1
31	Reino Unido	33.412,1	2,13	23,3	0,357	1
32	República Checa	5.377,0	2,13	17,9	0,249	4
33	Suécia	5.383,3	3,00	24,4	0,282	1
34	Suíça	4.870,4	3,63		0,299	1
35	Turquia	31.617,4	2,63	11,9	..	3

Fonte: Dados coletados no site da OECD (OECD.Stat)

Observa-se que os países pertencentes ao Grupo 1 têm como característica uma média elevada de gastos sociais, menor rigidez de proteção ao emprego em relação aos demais grupos e menor desigualdade social. Tais resultados são coerentes com os resultados da análise de *cluster*, pois tais países têm percentual de volume de fundos de pensão em relação ao PIB dentre os mais elevados, em função de idade mais avançada de aposentadoria e de expectativa de vida, o que denota maior preocupação com bem-estar social dos indivíduos e uma orientação mais liberal, de utilização de instrumentos de mercado para compor a renda de aposentadoria.

O Grupo 2 teve como característica maior rigidez na proteção de emprego e a terceira maior média de gastos sociais. Esses países possuem gastos elevados com idosos.

O Grupo 3, dos países emergentes, apresentou a menor média de rigidez na proteção do emprego e menor gasto social, bem como apresentou a maior desigualdade social dentre os grupos analisados.

O Grupo 4 apresentou média de rigidez na proteção do emprego elevada. A média de desigualdade social e de gastos sociais são menores, em linha com os achados da análise de *cluster*, onde a renda da população acima de 65 anos é mais baixa e o volume de ativos de fundos de pensão inferior aos demais.

Por fim, o Grupo 5, formado pelos Estados Unidos, apresentou a maior média de força de trabalho, a menor média de rigidez da proteção de emprego e a maior média de gastos sociais, no entanto, este gasto não é orientado para os idosos, e sim para outros grupos. Além disso, o país apresentou o maior volume de ativos dos fundos de pensão.

Tabela 9 - Média dos indicadores por grupo				
Grupo	Média de Força de Trabalho Total (milhares de pessoas)	Média de Rigidez da proteção do emprego - demissões coletivas (restrições adicionais)	Média de Gastos Sociais Agregado (Percentual do PIB)	Média de Índice de Gini
1	14.911,72	2,83	22,85	0,30

2	8.044,20	3,35	22,71	0,29
3	25.360,70	2,15	12,68	0,39
4	5.281,73	3,10	16,29	0,28
5	160.319,80	2,12	29,64	0,39

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponíveis no site da OECD (OECD.Stat)

CONCLUSÕES

Embora as classificações baseadas nas dezoito democracias capitalistas do modelo original de Esping-Andersen (1990) tenham sido avaliadas frequentemente, houve uma transformação crítica no conjunto de países membros da OECD que precisa ser observada na sua configuração atual, embora alguns países ainda se mantenham em condição social híbrida e/ou instável em relação ao restante do grupo.

Desta forma, as contribuições do artigo são de quatro formas:

1) Ele testa o modelo de Esping-Andersen (1990) com a base de todos os países membros da OECD, três décadas após o estudo original, podendo incorporar os avanços das políticas implementadas e os resultados comprovam a sua validade explicativa para os três grupos principais, o que converge com o estudo de Pöder e Kerem (2011).

2) Discussões anteriores sobre os países latinos (Ferrera, 1996; Bonolli, 1997) formarem um grupo a parte – notadamente pelo seu grau de desenvolvimento social – foram superadas pela evolução que estes países apresentaram ao longo do tempo, passando a compor um dos três tipos tradicionais;

3) Os resultados apontam, ainda, para a existência de um quarto grupo, formado pelos países pós-comunistas. Nossa interpretação sobre as dificuldades para a realização do desenvolvimento institucional e a formação de coalisões políticas, aliadas às dificuldades econômicas, podem atrasar o processo de *catch-up* com as demais economias do bloco da OECD, o que nos leva a aceitar que seus sistemas de bem-estar apresentam diferenças sensíveis (Draxler & van Vliet, 2010) em relação aos demais países do Bloco da OECD (Fenger, 2007; Deacon, 2000; De Dios, 2019) e ainda são instáveis, de acordo com a explicação original de Esping-Andersen (1996);

4) Identificou-se uma transformação nos Estados Unidos por conta do aumento de gastos sociais, com impacto maior para a saúde, o que denota transformações mais duradouras naquele país;

5) A inclusão das variáveis relativas à proteção do emprego, desigualdade econômica e proteção social trouxeram maior robustez para explicitar e validar os grupos;

6) A convergência de vários países para o *cluster* Social-Democrata demanda estudos adicionais para se assegurar de ser esta uma transição temporária ou, então, uma transformação mais duradoura deste modelo e sua influência nos países do grupo.

Como sugestão de pesquisas futuras, temos a apresentar: i) a expansão do trabalho com a inclusão de dados de países que não fazem parte da OECD, mas que são economicamente importantes no cenário internacional, como por exemplo os demais países emergentes; ii) replicar este estudo incluindo os efeitos da pandemia da Covid19, compreendendo o efeito de períodos recessivos e de crescimento mundial, como o

realizado por Carbo-Valverde, Kane, & Rodriguez-Fernandez (2011), em uma avaliação de benefícios no período pré e durante crise do *subprime*. Entendemos que as crises aumentam o papel dos governos para a extensão de benefícios aos desempregados ou que tiveram sua renda reduzida por causa da crise; ainda, iii) consideramos imprescindível aprofundar a questão da diferença de gêneros nos sistemas e nas reformas realizadas, quanto à efetividade de redução dos *gaps*, a exemplo de Arza (2015) e Arcanjo (2019).

REFERÊNCIAS

- AGGARWAL, R., & GOODELL, J. W. (2009), "Markets and institutions in financial intermediation: National characteristics as determinants". *Journal of Banking & Finance*, 33(10), 1770–1780. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2009.03.004>
- AGGARWAL, R., & GOODELL, J. W. (2013), "Political-economy of pension plans: Impact of institutions, gender, and culture". *Journal of Banking & Finance*, 37(6), 1860–1879. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2012.05.008>
- ALMEIDA, V. (2021), "Crisis, inequality, and social insurance". Disponível em: [SSRN 3841603](https://ssrn.com/abstract=3841603).
- ARCANJO, M. (2006), "Ideal (and real) types of welfare state".
- ARCANJO, M. (2019), "Retirement Pension Reforms in Six European Social Insurance Schemes between 2000 and 2017: More Financial Sustainability and More Gender Inequality?". *Social Policy and Society*, 18(4), 501-515.
- ARTS, W., & GELISSEN, J. (2002), "Three worlds of welfare capitalism or more? A state-of-the-art report". *Journal of European social policy*, 12(2), 137-158.
- ARTS, W. A., & GELISSEN, J. (2010), "Models of the welfare state". In *The Oxford handbook of the welfare state*.
- ARZA, C. (2015), "The Gender Dimensions of Pension Systems: Policies and constraints for the Protection of Older Women". *Discussion Paper 1*, UN Women. [Google Scholar](https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/04/discussion-paper-1)
- BONOLI, G. (1997). "Classifying welfare states: a two-dimension approach". *Journal of social policy*, 26(3), 351-372.
- CARBO-VALVERDE, S., KANE, E. J., & RODRIGUEZ-FERNANDEZ, F. (2011), "Safety-Net Benefits Conferred on Difficult-to-Fail-and-Unwind Banks in the US and EU. Before and During the Great Recession". Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16787>
- CARNES, M. E.; & MARES, I. (2007), "The Welfare State in Global Perspective". In: Boix, C.; Stokes, S. C. (Eds.) *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: OUP.
- CRAVENS, K. S., & OLIVER, E. G. (2000), "The Influence of Culture on Pension Plans". *The International Journal of Accounting*, 35(4), 521–537. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(00\)00077-7](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(00)00077-7)
- CYNAMON, B., & FAZZARI, S. (2016), "Inequality, the Great Recession and slow recovery". *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 40, Issue 2.
- DANFORTH, B. (2014), "Worlds of welfare in time: A historical reassessment of the three-world typology". *Journal of European Social Policy*, 24(2), 164-182.

- DEACON, B. (1993), "Developments in East European social policy". *New perspectives on the welfare state in Europe*, 2, 177-197.
- DEACON, B. (2000), "Eastern European Welfare States: The Impact of the Politics of Globalization." *Journal of European Social Policy* 10, no. 2: 146–161.
- DE DIOS, M. S. (2019), "Social policy in emerging welfare states". *Sociologies in Dialogue*, 4(1), 4-25.
- DRAXLER, J., & VAN VLIET, O. (2010), "European Social Model: No Convergence from the East." *Journal of European Integration* 32, no. 1: 115–135.
- EBBINGHAUS, B. (2012), "Comparing welfare state regimes: Are typologies an ideal or realistic strategy". *ESPAN, Edinburg, UK*, 1-20.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990), "The Three Worlds Welfare Capitalism". Cambridge: Polity Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1991), "As três economias políticas do welfare state". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (24), 85-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>
- ESPING-ANDERSEN, G. (1996), "After the golden age? Welfare state dilemmas in a global economy". In: G. Esping-Andersen (Ed.), *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global Economies*. London: Sage.
- FENGER, M. (2007), "Welfare regimes in Central and Eastern Europe: Incorporating post-communist countries in a welfare regime typology". *Contemporary issues and ideas in social sciences*, 3(2), 1-30.
- FERRERA, M. (1996). "The "Southern" model of welfare in social Europe". *Journal of European Social Policy*, 6(1), 17-37.
- HAIR, J. F., BLACK, W. C., BABIN, B. J., & ANDERSON, R. E. (2010), "Multivariate Data Analysis". (Pearson, Ed.).
- HALL, P., & SOSKICE, D. (2001), "Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage". Oxford: Oxford University Press.
- HEMPEL, P. S. (1998), "Designing multinational benefits programs: The role of national culture". Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1090-9516\(99\)80075-3](https://doi.org/10.1016/S1090-9516(99)80075-3)
- HOFFMANN, F., LEE, D. S., & LEMIEUX, T. (2020), "Growing Income Inequality in the United States and Other Advanced Economies". *Journal of Economic Perspectives*, 34(4), 52-78.
- HOFSTEDE, G. H. (2001), "Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions, and Organizations Across Nations". SAGE Publications.
- HOLZMANN, R. (2012), "Global Pension Systems and Their Reform: Worldwide Drivers, Trends, and Challenges". Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/13557>
- KUITTO, K., KUIVALAINEN, S., & MÖHRING, K. (2021), "Inequalities in pensions and retirement from a life course perspective: An introduction". *Social Policy & Administration: SP&A*, 55(3), 403-408.
- KUHNLE, S. (1978). "The beginnings of the Nordic welfare states: similarities and differences". *Acta Sociologica*, 21(1_suppl), 9-33.
- LINDERT, P. H. (2004). "Growing public: Volume 1, the story: Social spending and economic growth since the eighteenth century (Vol. 1)". Cambridge University Press.

- MARCINKIEWICZ, E., & CHYBALSKI, F. (2019), "A new proposal of pension regimes typology: Empirical analysis of the OECD countries". *Journal of Economic Policy Reform*, 22(1), 84-99.
- MARSHALL, T. H. (1950), "Citizenship and social class". Vol. 11, pp. 28-29. New York, NY: Cambridge.
- MEULEMAN, B., VAN OORSCHOT, W., & LAENEN, T. (2020), "Welfare Attitudes in Times of Crisis and Austerity". In *Welfare State Legitimacy in Times of Crisis and Austerity*. Edward Elgar Publishing.
- O'CONNOR, J. S. (2013), "Gender, citizenship and welfare state regimes in the early twenty-first century: incomplete revolution and/or gender equality 'lost in translation'". In *A Handbook of Comparative Social Policy, Second Edition*. Edward Elgar Publishing.
- OECD (2017), "OECD Pensions at a Glance". *Pensions at a Glance 2017:OECD and G20 Indicators*. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/pensions-at-a-glance-2017_pension_glance-2017-en OECD. (2017). <https://stats.oecd.org/>
- PEROTTI, E. C., & SCHWIENBACHER, A. (2008), "The Political Origin of Pension Funding". *SSRN Electronic Journal*. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.957752>
- PÖDER, K., & KEREM, K. (2011), "Social Models in a European Comparison: Convergence or Divergence?". *Eastern European Economics*, 49(5), 55-74.
- POWELL, M., YÖRÜK, E., & BARGU, A. (2020), "Thirty years of the Three Worlds of Welfare Capitalism: A review of reviews". *Social Policy & Administration*, 54(1), 60-87.
- ROOSMA, F., GELISSEN, J., & VAN OORSCHOT, W. (2013), "The multidimensionality of welfare state attitudes: A European cross-national study". *Social indicators research*, 113(1), 235-255.
- RHODES, M., & NATALI, D. (2003), "Welfare regimes and pension reform agendas". In *Paper preparado para la Conferencia "Pension Reform in Europe: Shared Problem and Sharing Solutions"*. London School of Economics and Political Science, Diciembre.
- SAINT-ARNAUD, S., & BERNARD, P. (2003), "Convergence or resilience? A hierarchical cluster analysis of the welfare regimes in advanced countries". *Current sociology*, 51(5), 499-527.
- SCHMUKLER, S. L., RADDATZ, C., & OPAZO, L. (2014), "Institutional investors and long-term investment: evidence from Chile", pp. 1-65. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2014/06/19680163/institutional-investors-long-term-investment-evidence-chile>
- SHARMA, S. (1996), "Applied Multivariate Techniques". Toronto: John Wiley & Sons.
- SØRENSEN, O. B., BILLIG, A., LEVER, M., MENARD, J. C., & SETTERGREN, O. (2016). "The interaction of pillars in multi-pillar pension systems: A comparison of Canada, Denmark, Netherlands and Sweden". *International Social Security Review*, 69(2), 53-84.
- STIGLITZ, J. E. (2013), "Inequality is holding back the recovery". *New York Times*, January 19.
- STIGLITZ, J. E. (2018), "The Welfare State in the Twenty-First Century". In *The Welfare State Revisited* (pp. 3-37). Columbia University Press.
- STIGLITZ, J. E. (2020), "Rewriting the Rules of the European Economy: An Agenda for Growth and Shared Prosperity". WW Norton & Company.
- TITMUSS, R. M. (1950), "Problems of social policy". HM Stationery Off.

TITMUSS, R. (2019), "Essays on the welfare state (reissue)". Policy Press.

TURNER, A. (2006), "Pensions, Risks, and Capital Markets". *Journal of Risk & Insurance*, 73(4), 559–574. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1539-6975.2006.00189.x>

United Nations, 2019, "World Population Prospects: the 2019 Revision"

WILENSKY, H. (1975). *"The Welfare State and Equality"*. Berkeley, University of California Press.

WITT, M. A., & REDDING, G. (2009), "Culture, meaning, and institutions: Executive rationale in Germany and Japan". *Journal of International Business Studies*, 40(5), 859–885. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/jibs.2008.81>

ZHENG, X., EL GHOUL, S., GUEDHAMI, O., & KWOK, C. C. Y. (2012), "National culture and corporate debt maturity". *Journal of Banking & Finance*, 36(2), 468–488. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2011.08.004>